

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 379/14/IE

PROCESSO: 40/2010
INTERESSADO: Branco Peres Açúcar e Álcool S/A
ASSUNTO: Ampliação de parque industrial e expansão do cultivo de cana de açúcar para incremento da produção de etanol, açúcar e energia elétrica
MUNICÍPIO: Adamantina

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico 379/14/IE, elaborado pelo Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação industrial e expansão das áreas de plantio de cana de açúcar da Branco Peres Açúcar e Álcool S/A.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O parque industrial do empreendimento está instalado no imóvel rural denominado Fazenda Santa Terezinha, zona rural do município de Adamantina, e as áreas agrícolas estão distribuídas nos municípios de Adamantina, Flórida Paulista, Lavínia, Lucélia, Salmourão e Valparaíso, inseridas na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Aguapeí (UGRHI 20).

O empreendimento tem como objetivo aumentar a capacidade de moagem de cana-de-açúcar de 1.250.000 t/safra para 2.500.000 t/safra, com aumento da produção de etanol de 66.405 m³/safra para 106.400 m³/safra, a produção de açúcar de 60.604 t/safra para 175.487 t/safra, e a capacidade instalada de geração de energia elétrica de 4 MW para 40 MW. A área abrangida pelo empreendimento compreende os municípios de Adamantina, Flórida Paulista, Lavínia, Lucélia, Salmourão e Valparaíso.

Segundo a Resolução Conjunta SMA-SAA nº 4/2008 que dispõe sobre o Zoneamento Agroambiental para o Setor Sucroalcooleiro do Estado de São Paulo, alterada pela Resolução SMA-SAA nº 6/2009, o parque industrial da usina está localizado em área classificada como *Adequada com Limitação Ambiental* e as áreas agrícolas estão distribuídas em áreas *Adequadas com Limitações Ambientais* e *Adequadas com Restrições Ambientais*. As áreas agrícolas necessárias para produção da matéria-prima serão arrendadas e de fornecedores, totalizando 35.000 ha.

3. COMPATIBILIDADE LEGAL

Foram apresentadas as certidões de uso e ocupação do solo e manifestações favoráveis das Prefeituras Municipais, em atendimento aos artigos 5º e 10 da Resolução CONAMA 237/97.

4. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A avaliação dos principais impactos foi realizada considerando a Resolução SMA 88/2008, que define as diretrizes técnicas para o licenciamento de empreendimentos do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo. Foram analisados os principais impactos e medidas mitigadoras, conforme segue:

•Expectativa da População Quanto à Ampliação do Empreendimento

De acordo com a pesquisa de percepção apresentada, foram mencionados como principais aspectos negativos a poluição provocada pelas queimadas, monocultura, odor de vinhaça, migração de população e pressão sobre os equipamentos públicos. Para a Licença de Instalação, deverá ser apresentado um Programa de Comunicação e Participação Social detalhado, contemplando esclarecimentos à população sobre as medidas ambientais adotadas para mitigação dos problemas apontados na Pesquisa de Percepção Ambiental.

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 379/14/IE

•Impactos Gerados no Canteiro de Obras

As obras de ampliação do parque industrial serão realizadas em um período de 2 anos, durante a entressafra, prevendo a implantação de equipamentos nos setores de recepção e preparo de cana, extração e tratamento de caldo, fabricação de açúcar e etanol, e geração de vapor e energia elétrica. Para a emissão da Licença de Operação deverá ser apresentado relatório comprovando o adequado gerenciamento de resíduos da construção civil e a recuperação das áreas afetadas pelas obras.

•Geração de Empregos e Impactos Relacionados à Mão de Obra

Após a ampliação está prevista para a operação do empreendimento uma demanda de 1.240 funcionários durante a safra e 875 durante a entressafra, havendo aumento no quadro geral de funcionários em relação à situação atual. Deverá ser apresentado para a LI um Programa de Treinamento e Capacitação de Mão de Obra Local para capacitar e priorizar a contratação da mão de obra da região.

•Impactos sobre a Infraestrutura e Equipamentos Municipais

Para minimizar eventuais impactos da mão de obra do empreendimento sobre a infraestrutura municipal como a saúde e educação, deverá ser priorizada a contratação de mão de obra local. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Reforço da Infraestrutura Municipal a ser implementado em parceria com as Prefeituras Municipais.

•Aumento do Tráfego de Veículos

São realizadas 207 viagens por dia para o transporte de produtos acabados, matéria prima, subprodutos, dentre outros, e com a ampliação do empreendimento, estima-se um aumento para 344 viagens diárias. Para mitigação dos impactos decorrentes do aumento do tráfego de veículos sobre o sistema viário, deverá ser implementado um Programa de Controle de Tráfego de Veículos e Conservação das Estradas, que deverá incluir termos de cooperação firmados com as Prefeituras Municipais para conservação de estradas vicinais.

•Interferências no Patrimônio Arqueológico

O Diagnóstico Arqueológico realizado, que não evidenciou materiais de interesse na área do parque industrial, foi aprovado pelo IPHAN. Para a emissão da LI, deverá ser apresentado um Programa de Prospecções Arqueológicas e de Educação Patrimonial para as áreas agrícolas do empreendimento, devido ao histórico e geoindicadores da região.

•Intervenções em Remanescentes de Vegetação Nativa e em Áreas de Preservação Permanente (APPs)

Os fragmentos de vegetação nativa na AID são de Floresta Estacional Semidecidual, Savana e áreas de contato entre as duas formações. Os fragmentos encontram-se isolados, com presença de cipós em áreas de borda e com sinais de degradação antrópica. Desta forma, para a LI deverá ser apresentado um Programa de Recuperação Florestal, contemplando ações de recuperação de APPs e um Subprograma de Monitoramento e Manejo da Vegetação Nativa Remanescente.

•Impactos sobre Unidades de Conservação

Tanto a unidade industrial quanto as áreas agrícolas não se localizam em unidade de conservação de uso sustentável ou em zona de amortecimento de unidades de proteção integral. Desta forma, não são esperados impactos sobre unidades de conservação decorrentes do empreendimento proposto.

•Impactos sobre Comunidades Faunísticas

Foram identificadas 12 espécies da fauna ameaçadas de extinção na AID. A ocupação do solo com o cultivo da cana de açúcar, com atividades operacionais no campo e circulação de trabalhadores rurais e de veículos e máquinas, poderá promover alterações nos recursos naturais disponíveis e na segurança da fauna. Para a LI, o empreendedor deverá apresentar um Programa de Conservação e Monitoramento Sazonal da Fauna, e um Programa de Treinamento Ambiental para motoristas, trabalhadores e proprietários rurais, visando minimizar impactos associados ao atropelamento, caça, pesca e degradação de áreas naturais.

•Impactos sobre a Disponibilidade Hídrica

A demanda hídrica industrial será de 356,39 m³/h, a ser atendida por meio de captação no Córrego da Cana Verde, e captação subterrânea em dois poços. De acordo com o EIA, será

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 379/14/IE

atendido o limite de 1 m³/t de cana processada estabelecido pela Resolução SMA 88/08 para áreas classificadas como *Adequadas com Limitações Ambientais*. Para a LI deverá ser apresentado o detalhamento do Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Superficiais, contemplando a ampliação dos pontos de amostragem propostos no EIA.

•Alteração da Qualidade do Ar Decorrente da Queima do Bagaço na Caldeira

De acordo com o EIA, está prevista a utilização de quatro caldeiras, totalizando uma capacidade nominal de 376 tvh. O estudo de dispersão indicou que as emissões atenderão os padrões de qualidade do ar estabelecidos pela Resolução CONAMA 03/90 e pelo Decreto 59.113/13. Para a LO deverão ser apresentados resultados de amostragem comprobatória em chaminé para todas as caldeiras, para comprovar o atendimento aos valores de emissão propostos no estudo de dispersão.

•Desencadeamento de Processos Erosivos Devido ao Cultivo de Cana-de-Açúcar

Os procedimentos de conservação do solo propostos pela usina, para prevenção e controle de processos erosivos são adequados. Para a LO, deverá ser apresentado relatório consolidado do Programa de Conservação do Solo, comprovando as medidas adotadas pela usina para recuperação e conservação dos solos.

•Geração de Resíduos Sólidos

Na fase de operação, o resíduo sólido de maior representatividade será o bagaço da cana de açúcar, que será queimado nas caldeiras e utilizado na cogeração de energia. Para a LI, deverá ser apresentado o detalhamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de acordo com a legislação vigente.

•Geração de Efluentes Líquidos

Os efluentes domésticos gerados serão encaminhados para um sistema de fossa séptica com capacidade para atender a demanda futura. Quanto à geração de efluentes industriais, estima-se um aumento de 850.000 m³/safra para 1.450.000 m³/safra de águas residuárias e de 730.452,85 m³/safra para 1.170.398,4 m³/safra de vinhaça. A vinhaça juntamente com as águas residuárias será aplicada na lavoura. Para a LI deverá ser apresentado projeto de sistema de coleta dos efluentes provenientes de locais de manuseio de óleos e graxas e outros produtos químicos.

•Risco de Acidentes Devido ao Armazenamento de Combustíveis

A usina irá armazenar etanol em 4 tanques, sendo 1 com capacidade para 2.000 m³, 2 com capacidade de 5.000 m³/cada e 1 de 10.000 m³, totalizando 22.000 m³. O etanol, classificado como líquido inflamável, é uma substância de interesse da Norma CETESB P4.261/03, porém a usina situa-se distante de núcleos urbanos, sendo suficiente a implantação de um Programa de Gerenciamento de Risco – PGR.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Aplicação da Vinhaça na Lavoura de Cana de Açúcar

Após a ampliação serão gerados 1.170.398,4 m³/safra de vinhaça que, aplicados à taxa média de 257,9 m³/ha, serão distribuídos em 4.538,7 ha, representando 13% da área agrícola futura. Durante a operação do empreendimento deverão ser apresentados relatórios anuais do Plano de Aplicação de Vinhaça.

•Risco de Contaminação do Solo e dos Recursos Hídricos Decorrentes da Utilização de Agrotóxicos

Segundo o EIA, a usina adota ações de controle biológico de pragas, práticas culturais como a rotação de culturas e técnicas e práticas ambientalmente adequadas de uso e aplicação de agrotóxicos. Para a LO, deverá ser apresentado relatório do Programa de Minimização de Uso de Agrotóxicos, além do quantitativo de embalagens vazias a serem geradas anualmente, e aceite pela Unidade de Recebimento licenciada.

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO 379/14/IE

5. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação e a forma de pagamento dos recursos da compensação previstos na Lei 9985/2000, sendo condicionante para a emissão da LI, a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor e a assinatura de um Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA, conforme estabelecido no Decreto Estadual n. 60.070 de 15/01/2014. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento.

6. CONCLUSÃO

Em função do exposto, a equipe do Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos entende que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que atendidas as medidas propostas no EIA e as exigências do Parecer Técnico 379/14/IE. Nestes termos, submete este Parecer Técnico ao CONSEMA para apreciação e deliberação sobre a viabilidade ambiental da Ampliação Industrial e Agrícola da Branco Peres Açúcar e Álcool S/A no município de Adamantina.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.

(Original Devidamente Assinado)

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretoria de Avaliação de Impacto Ambiental
Diretora